

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO NO CAMPO

SOCIAL MOVEMENTS AND EDUCATION OF THE FIELD

RENATO RIBEIRO DALTRO*

RESUMO

Os movimentos sociais e a educação no campo servem como referência para uma análise conjuntural das políticas públicas e ações afirmativas para o setor agrário no Brasil. Ao mesmo tempo, refletem criticamente a proposta de educação do campo defendida pelo Movimento Social Sem Terra - MST e pelo Movimento Estadual dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia - CETA.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Educação do campo; Políticas públicas; CETA.

ABSTRACT

The social movements and the education in the field serve as reference for an analysis of the situation of the public politics and the government's affirmative actions for the agrarian section in Brazil, at the same time that reflects the proposal of education of the field critically annulled by the Movement of the Without Earth - MST and to I CETA - movement of those Seated, Camped and Quilombolas in Bahia.

Keywords: Social movements; Education of the field; public politics; CETA.

*Professor de Sociologia da Universidade do Estado da Bahia- UNEB. Campus IX de Barreiras.

MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

A discussão sobre a existência ou não de um campesinato brasileiro é antiga. Os estudos consultados apontam a dificuldade de abordar o tema pela divergência entre leituras históricas referentes ao papel que os movimentos sociais do campo desempenharam no processo de transformação social, do capitalismo ao socialismo.

O determinismo econômico das análises marxistas sobre o movimento camponês na Europa e no Brasil, de Lênin a Caio Prado Junior, mostraram que a realidade sociocultural do campesinato atual foge a qualquer possibilidade de homogeneização.

Marlene Ribeiro (2007), estudiosa do assunto, analisa a figura do camponês no Brasil, juntando todas as figuras da diversidade camponesa do meio rural brasileiro, considerando, para tanto, o contexto atual dos movimentos sociais do campo, na luta pelo acesso a terra, da reforma agrária e da educação do campo.

Dessa forma, no sentido da “revolução democrática” dos movimentos sociais do campo, a luta se processa na conquista do acesso a terra, na reivindicação de melhorias nas políticas públicas e ações afirmativas do governo, que estão contempladas dentro de um projeto específico para os habitantes do campo brasileiro.

Na concepção de Fernandes (2005), a expressão campo serve para substituir a expressão meio rural, utilizada para incluir uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Quando discutimos os movimentos sociais, a reforma agrária e a educação do campo, tratamos da educação que se volta ao

conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural (FERNANDES, 2005, p. 25).

Independente das discussões teóricas que o tema sobre o camponês implica, o importante, para este trabalho, é situar historicamente o momento em que os movimentos sociais no campo se tornaram sujeitos da ação política. Nesse sentido, importa reconhecer como responderam conscientemente sobre a exploração social, propondo uma transformação da sociedade, no caso do campo, por uma reforma agrária radical que atendesse aos desejos da classe trabalhadora.

No entanto, quando falamos de reforma agrária e educação rural no Brasil, estamos falando historicamente das elites ruralistas e latifundiárias. Trata-se da história do atraso, das alianças entre os latifundiários e da política do clientelismo que imperou no Brasil, especialmente durante todo o período republicano, como nos lembra Ribeiro (2007) ao citar Caio Prado Júnior:

O desenvolvimento do capitalismo não irá trazer a solução para os problemas da população trabalhadora rural, pois é esta quem poderá resolvê-los através da luta, escreve Prado Júnior (2005), em 1960. O problema central é o latifúndio ou o antagonismo entre os grandes proprietários, uma minoria que detém o monopólio do controle da terra e das ocupações em atividades agropecuárias, e a imensa maioria da população trabalhadora do campo que depende de oportunidades de trabalho para garantir a sobrevivência (RIBEIRO, 2007, p. 4).

Desse modo, a possibilidade de mudança e transformação da realidade política brasileira não teve uma participação efetiva dos movimentos sociais e das classes populares, como

relata José de Souza Martins (1994) quando descreve sobre a lentidão e o atraso das mudanças na política brasileira:

As transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo surge sempre como um desdobramento do velho: foi o próprio rei de Portugal, em nome da nobreza, que suspendeu o medieval regime de sesmaria na distribuição de terras, foi o príncipe herdeiro da Coroa portuguesa que proclamou a Independência do Brasil: foram os senhores de escravos que aboliram a escravidão; foram os fazendeiros que em grande parte se tornaram comerciantes e industriais ou forneceram os capitais para esse desdobramento histórico da riqueza do país (MARTINS, 1994, p. 30).

É dentro dessa realidade de alianças e troca de favores entre os segmentos das classes dominantes que se pode inserir os processos de lutas e tentativas de rupturas sociais dos segmentos das classes dominadas.

As lutas pela terra, no sentido de fazer uma reforma agrária no Brasil, têm uma história recente, nos seus mais de cinco séculos de luta contra o latifúndio e a exploração. No período de 1954 a 1964, surgiram três grandes organizações camponesas que lutavam pela reforma agrária no Brasil. As principais delas foram as Ligas Camponesas, no início da década de 50, em Pernambuco, contra o foro, ou aluguel do uso da terra. Os camponeses, na década de sessenta, resistiam e chegavam a realizar ocupações de terra. Com o golpe militar, em 64, os movimentos de luta pela terra foram reprimidos violentamente e suas lideranças camponesas desapareceram.

De fato, como relata José de Souza Martins (1994), os movimentos sociais que deram origem à luta pela terra no Brasil, as

Ligas Camponesas, no Nordeste, Trombas, em Goiás e a Revolta Camponesa de 1957, no sudoeste do Paraná, constituem tentativas de rupturas com o modo conservador e reacionário de fazer política no Brasil:

As Ligas Camponesas surgiram como um movimento religioso e legalista, aí por meados dos anos cinqüenta. No Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, os chamados moradores, de fato arrendatários submetidos a formas arcaicas de pagamento de renda-em-trabalho, pediram e obtiveram permissão do fazendeiro para organizar uma cooperativa funerária para amenizar os custos de sepultamento dos mortos (MARTINS, 1994, p. 60).

No período de 1946 a 1964, intensificaram-se a luta pela terra e a exigência de uma reforma agrária no campo; além dos trabalhadores rurais, outros atores também participaram dessa organização. Tiveram papel decisivo o Partido Comunista Brasileiro e a Igreja Católica.

O desenvolvimento econômico brasileiro também se expandiu nesse período, trazendo mudanças nas relações sociais no País. O deslocamento da capital federal para o Centro-Oeste, a modernização do campo industrial, a reformulação da agricultura de exportação, inclusive a sua substituição pela produção para o mercado interno, tudo modificou profundamente as condições sociais do País, as relações entre as classes sociais, a dinâmica dos conflitos, etc. Isso dentre outros aspectos, porque houve um claro enfraquecimento político das oligarquias, seja com o desencadeamento dos movimentos sociais no campo, em especial no Nordeste, seja com o envolvimento da Igreja em programas de alfabetização e de conscientização das populações rurais.

No Brasil dos anos cinquenta e sessenta, portanto, a questão agrária emergiu em meio a relações de classes que não se combinavam

no sentido de fazer dela um fator de mudança e de modernização social e econômica.

Na concepção de Martins (1994), o golpe de Estado de 1964 e a forma assumida pela reforma agrária proposta pelos militares inserem-se claramente nesse quadro de impasses históricos e institucionais:

O regime militar produziu uma legislação suficientemente ambígua para dividir os proprietários de terra e assegurar ao mesmo tempo o apoio do grande capital, inclusive o apoio do grande capital internacional. De fato, o Estatuto da terra preconizava critérios de desapropriação bastante precisos. O regime militar procurou classificar usos e extensões de propriedade, de modo a formular um conceito operacional de latifúndio e estabelecer, portanto, uma distinção entre terras desapropriáveis e terras não desapropriáveis, não incluindo como desapropriáveis terrenos não tão extensos, porém, mal explorados (MARTINS, 1994, p. 79).

A partir de 64, pode-se dizer que foi institucionalizada a reforma agrária no Brasil, com o ato surpreendente dos militares de reconhecerem, através do Estatuto da Terra, a forte concentração fundiária nas mãos dos fazendeiros e latifundiários e a imensa maioria de brasileiros vivendo no campo, sem terra e trabalho. Infelizmente, essa constatação ficou apenas no papel, pois nada foi feito para resolver o impasse. Ao contrário, com os militares, a estrutura fundiária brasileira concentrou-se mais ainda, a partir da chamada modernização da agricultura brasileira, cujas consequências o povo vive até hoje:

A confrontação entre reforma agrária *versus* modernização técnica que é proposta pelos conservadores em 1964, é reposta

na atualidade, sob novo arranjo político. Esse novo arranjo se articula nos últimos anos do segundo governo FHC e também no atual (Lula), quando se constitui uma estratégia de relançamento dos grandes empreendimentos agroindustriais apoiados na grande propriedade fundiária, voltados à geração de saldos comerciais externos expressivos (DELGADO, 2003, p. 22).

Da citação de Delgado (2003), pode-se concluir que as condições ligadas à estratégia do agronegócio na agricultura brasileira são simultaneamente matrizes da moderna questão agrária. Elas representam um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária. Para formular uma estratégia de desenvolvimento que atenda aos anseios dos trabalhadores do campo e do povo brasileiro em geral, será preciso confrontar esse atual modelo de desenvolvimento agrário.

Dessa forma, pode-se dizer que, apesar da concentração fundiária continuar tendendo para o agronegócio e o latifúndio, a estratégia alternativa de desenvolvimento agrário pela via campesina avançou. Os assentamentos têm sido conquistados pelos sem-terra a duras penas, ocupando terras e prédios públicos, apesar de o governo dizer que está fazendo a reforma agrária.

É a partir dessa realidade favorável ao agronegócio e da imobilidade do estado que os movimentos sociais são novamente inseridos em tal contexto, para conduzirem o processo de luta pela terra e pressão por uma reforma agrária radical. O governo FHC, nos seus oito anos, praticamente dobrou a área de terras obtidas para a reforma agrária, de 2% para 4% do território nacional, processo que praticamente paralisou em 2002 e 2003¹.

¹ Durante os dois governos de FHC, foram obtidos, para fins de reforma agrária, cerca de 21 milhões de hectares, a maioria dessas áreas arrecadadas na região amazônica (cf. **Políticas Sociais** – Acampamentos e análise, n. 6, p.106, Brasília – IPEA, fevereiro de 2003).

Atualmente, entre os movimentos sociais surgidos recentemente no Brasil, não há dúvidas de que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra ocupa um lugar de proeminência:

O MST é tratado como movimento revolucionário e referenciado como um dos grupos rebeldes mais importantes da América Latina. No Jornal El País, a tática do movimento é assim registrada: como uma nova forma de pressão dos camponeses brasileiros que usam as ocupações organizadas dos latifúndios improdutivos para dar um pedaço de terra a milhares de famílias (LOMBARDI, citado por BEZERRA NETO, 1999, p. 2).

O MST surge em 1979, por meio da Comissão Pastoral da Terra – CPT, na defesa dos posseiros, em plena ditadura militar, quando aconteceu a ocupação da Fazenda Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Em 1980, foi realizado o Congresso do MST, com o lema “Terra para quem nela Trabalha”. Em 1984, funda-se o MST e, em 1988, realiza-se o Congresso “Ocupar, resistir, produzir”, defendendo o direito à distribuição da propriedade individual da terra aos trabalhadores rurais, tendo por base a legislação do “Estatuto da Terra”.

No primeiro mandato de FHC (1995-1998), a reforma agrária aparece nos planos do governo como forma de desenvolvimento da agricultura familiar e redução dos problemas agrários. A meta fixada de assentamentos para todo o período foi de 280 mil famílias. Na realidade, como afirma Morissawa (2001), o modelo agrário defendido pelo governo FHC era a agroindústria capitalista. Nesse período, foram assentadas 264.625 famílias, 70% no norte e nordeste. O que se observa, no Brasil de FHC, é que a reforma agrária foi realizada pelos próprios Sem-Terra, por meio de suas lutas e não por ações do poder público federal, como queria fazer crer o governo FHC (MORISSAWA, 2001, p. 112).

Dessa forma, podemos admitir que os assentamentos conquistados pelos Sem-Terra, por meio das suas lutas, acabaram se tornando, na propaganda oficial, resultados das ações do governo pela reforma agrária. A verdade é que o governo tem realizado desapropriação ou aquisição de terras pressionado pelas iniciativas dos trabalhadores rurais Sem-Terra.

SOBRE A EDUCAÇÃO NO CAMPO

Nesse contexto de luta e acesso à terra, os movimentos sociais do campo constroem uma proposta de educação, como afirma Fernandes:

A educação do campo é um território de conhecimentos que está sendo construído para que se possa compreender o mundo desde suas raízes. Maria Antonia e eu estamos vivendo a felicidade de participar desse processo criativo e propositivo. É a primeira vez, na história de nosso país, que os movimentos camponeses propuseram e ajudaram a construir uma política educacional tão ampla. A educação do campo está se desenvolvendo em todos os níveis, contribuindo com a formação de milhares de pessoas: adultos, crianças e jovens para que possam viver melhor em seus territórios (citado por SOUZA, 2007, p.15).

Na concepção dos movimentos sociais do campo e dos ideólogos da educação do campo, como Fernandes, Arroyo, Caldart, Molina, entre outros, o projeto por uma educação básica do campo precisa ser específica e diferenciada, isto é, alternativa. Para Fernandes (2001), precisa ser uma educação no sentido amplo do processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz.

Entre muitas propostas de transformação da educação do meio rural brasileiro, os movimentos sociais do campo estão atentos para as contradições que existem dentro da sociedade e não acreditam que a educação por si mesma acabará com a miséria e a desigualdade social. Como afirma Fernandes (2005), a educação do campo compreende, como princípio básico e fundamental, a ideia de que a educação não transforma se não mudar as estruturas sociais e econômicas do país. A educação não resolve por si só os problemas brasileiros, nem promove a inclusão social. Ela não levará ao desenvolvimento do campo se não for combinada com reforma agrária e com transformações profundas na política agrícola do país. É preciso ter claro isso para não cair na antiga falácia de que a educação, por si só, pode impedir o êxodo rural (FERNANDES, 2005, p. 53).

Dessa forma, o movimento social da educação do campo constrói uma proposta de educação que objetiva transformar o homem do campo, o camponês no meio rural brasileiro, experimentando os seus próprios anseios e convicções, enfrentando as dificuldades dos cursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, mas analisando criticamente a conjuntura política que permite a implantação desse programa, como afirma Caldart (2004) quando fala da educação do campo, especificamente quando se refere ao curso de Pedagogia da Terra, oferecido aos movimentos sociais do campo em diversas universidades públicas:

Nada identifica e significa mais um curso chamado de Pedagogia da Terra do que o tipo de pessoas que dele participam e a forma como estas pessoas constroem sua presença na Universidade. De nome apelido, a expressão Pedagogia da Terra vai, aos poucos, identificando a presença de determinados sujeitos na universi-

dade, bem como um jeito talvez novo de fazer e de pensar a formação das educadoras e dos educadores do campo. O setor de educação do MST tem como desafio multiplicar estas experiências e também potencializa-las ao máximo como espaço de formação de seus militantes (CALDART, 2004, p. 21).

Outros estudiosos sobre a reforma agrária no Brasil, os movimentos sociais, educação do campo e o PRONERA, como Delgado (2003), Bezerra Neto (2003), Silva Júnior (2007), Alves (2005), referem-se àquilo que os componentes dos movimentos sociais do campo costumam chamar de “crítica solidária” às análises sobre as pretensões de reforma agrária e da educação do campo do MST e que outros movimentos sociais pretendem alcançar.

A definição da educação como prioridade para os movimentos sociais do campo, e encampados pelo MST, teve sua origem na experiência do trabalho coletivo com a finalidade de enfrentar as dificuldades da produção e o analfabetismo da militância. A educação encampada pelo Movimento dos Sem-Terra merece um lugar de destaque. Bezerra Neto (1999) enfatiza a qualidade dos princípios educativos do MST, fundamentais na valorização do seu habitat natural:

Os primeiros conhecimentos de toda criança estão ligados a seu habitat. Os conhecimentos da criança rural estão ligados a vida na roça, mas os conteúdos oferecidos a ela pela escola tradicional partem do princípio de que para ser culto, é preciso ser letrado, contando com uma formação típica para os desafios do mundo urbano e submetendo a criança a um calendário escolar que não valoriza a prática de seus pais, nem a sua dimensão temporal, uma vez que esse calendário é elaborado para ser praticado a partir do ano civil e não do ano agrícola, mais próximo à realidade do homem do campo (BEZERRA NETO, 1999, p. 74).

Essa sempre foi a tônica do MST ao conceber uma educação no campo. Na sua visão, a educação é tão importante como a luta pela terra ou a reforma agrária, sendo caracterizada como um projeto alternativo de ensino, inspirado nos estudos de Paulo Freire e do teólogo Leonardo Boff. A escola vista pelo MST sempre foi considerada um movimento vital para a transformação das relações de produção e sociais no campo.

Da concepção à prática, no entanto, o MST teve que modificar totalmente sua teoria, ou seja, uma posição “revolucionária” passou para uma posição mais conservadora e reformista, através do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), que se define como uma “estratégia em parceria” com os governos, as universidades públicas e os movimentos sociais rurais.

O PRONERA foi criado em 1998, no governo FHC, como uma das tantas outras estratégias governamentais destinadas a fazer calar os movimentos sociais que lutavam por uma educação do campo. Como diz Fernandes (2001), membro da Ação Educativa, entidade que avalia o PRONERA, as Políticas Públicas eficazes se efetivam com a participação dos trabalhadores (FERNANDES, 2001, p. 24).

Atualmente, a totalidade das universidades públicas federais apoia o PRONERA e tem implantado todo tipo de curso de formação, desde o EJA (Alfabetização de Jovens e Adultos), cursos técnicos no Ensino Médio, até os cursos de graduação em “Pedagogia da Terra”, Agronomia, etc., cada vez mais disputados por trabalhadores assentados, quilombolas e indígenas originários do MST e de outros movimentos sociais do campo que participam do programa.

No entanto, essa posição tomada pelo MST, ao longo da sua trajetória, pode ser considerada como conservadora e reformista. Essa é uma

tese em que estamos trabalhando e analisando sobre o comportamento dos movimentos sociais frente ao processo de redemocratização brasileira. A crítica a esse procedimento tem três posições básicas a serem consideradas: a questão do agronegócio, a questão da cooptação dos movimentos sociais e a questão da posição cada vez mais reformista desses movimentos.

A primeira posição colocada por Delgado (2003), e já citada neste trabalho, trata do modelo desenvolvimentista do agronegócio, que exclui qualquer possibilidade de convivência com uma política de reforma agrária capaz de atender a massa de trabalhadores do campo:

O relançamento do capital financeiro na agricultura numa nova aliança do grande capital e da grande propriedade fundiária, sob a tutela das políticas públicas, favorece a desmobilização das forças sociais normalmente aliadas da reforma agrária. Por seu turno, o movimento camponês vem se dividindo, sob influência dos setores da pequena agricultura tecnificada que vislumbra uma associação com o agronegócio. [...] O movimento social organizado e mais combativo, tendo à frente o MST, não é capaz isoladamente de organizar os amplos setores desorganizados e repelidos pelo relançamento do capital financeiro na agricultura brasileira (DELGADO, 2003, p. 68).

A questão de cooptação dos movimentos sociais é essencial para analisar as posições desses movimentos, justamente no momento em que a imprensa acusa o MST e outros movimentos dissidentes de serem cooptados pelo governo por meio das políticas públicas ou das ações afirmativas do governo para o setor.

Bezerra Neto (1999), apesar de entender a importância da educação escolar na formação dos militantes, faz uma “crítica solidária” ao MST principalmente quando o movimento relaciona a distribuição de terra com a distribuição

da educação nas áreas de acampamentos e de assentamentos. Na sua visão, o MST desenvolve uma proposta conservadora e diferente daquilo que prega como princípio revolucionário:

Mesmo sendo considerado como um dos movimentos mais importantes do Brasil no séc. XX, o MST, em que pese reivindicar para si um caráter revolucionário, acaba assumindo posturas conservadoras, ao atribuir à educação uma função redentora dos males vividos por nossa sociedade. Seus dirigentes colocam num mesmo patamar a necessidade de se fazer a Reforma Agrária e o investimento na educação. Para o MST, a conquista da terra de nada adiantará se não vier acompanhada de uma educação de classe voltada para os interesses dos trabalhadores em geral (BEZERRA NETO, 1999, p. 109).

Sobre a posição reformista desses movimentos sociais no campo, pode-se dizer que seja válida quando um grupo de Sem-Terra pressiona o governo para que os assentamentos sejam realizados e as verbas liberadas; nesse caso, não está pedindo um favor, mas exigindo um direito. No momento, porém, em que essa exigência se define como uma “parceria” entre o governo e os movimentos sociais, acreditamos que seja transferência de responsabilidade do Estado para com a sociedade.

Nessa situação, portanto, cabem alguns questionamentos: como se posicionam os movimentos sociais? Posicionam-se ao lado do governo como “parceiros” na definição de políticas públicas para o setor, ou como movimentos sociais autônomos, que constroem suas identidades na imposição dos seus valores, anseios e necessidades?

Em termos de políticas públicas para o setor agrário, Silva Junior (2007) analisa os cursos do PRONERA na conjuntura atual e chama a atenção para os programas focais e ações afirmativas do governo federal diante do sucateamento

das universidades públicas e dos problemas estruturais da educação brasileira herdados ao longo de sua história:

O programa focal em educação do governo Lula, o PRONERA, recebe cada vez mais universidades, mostrando o pólo positivo de uma política focal: o apelo imediato. Numa universidade estatal pública sucateada, com salários congelados há tempos e a impossibilidade de acesso das populações de baixa renda à educação superior, políticas e programas focais e ações afirmativas aparentam ser uma boa solução, ainda que tenham uma natureza conjuntural e não enfrentem o problema na sua estrutura (SILVA JUNIOR, 2007, p. 221).

Na concepção de Silva Junior (2007), os movimentos sociais do campo padecem do que ele chama de “cansaço da crítica”, no momento em que as práticas dos movimentos sociais se tornam utilitárias e pragmáticas na formação escolar dos seus militantes em nível superior, não levando em conta a transferência do papel do Estado para a sociedade civil:

Trata-se, portanto, de um processo formativo, que socializa o conhecimento em posição secundária a um projeto político e a um só tempo, neste movimento o torna instrumental e predominantemente utilitário, impedindo a possibilidade plena da reflexão sobre os problemas a serem resolvidos e limita o entendimento das razões estruturais que dão origem aos problemas que afligem o aluno do curso. Produz, assim, uma potência consistente de alienação do aluno do campo. Isto implica dizer o modo como este curso produz a nova regulação e controle social por meio do curso e do PRONERA (SILVA JUNIOR, 2007, p. 226).

O autor critica as políticas públicas e ações afirmativas do governo que, associadas ao processo de regularização social, afirmam cada vez mais o Estado na lógica neoliberal da mer-

cantilização do espaço público e do engrandecimento do setor privado:

Esse movimento de liberalismo na economia nacional enfraqueceu os movimentos sociais e as instituições e organizações políticas de mediação entre Estado e Sociedade Civil, possibilitando o ajuste socioeconômico e político do início dos anos noventa, necessário para a superação da crise capitalista assentada nas propostas social-democratas predominantes no século XX. Ilustra tal evento a descontinuidade dos movimentos sociais que reivindicam políticas públicas para o atendimento do déficit social e produtivo da década de 1980, quando hoje, organizações não governamentais, reivindicam, o que antes era considerado direito social subjetivo do cidadão (SILVA JUNIOR, 2007, p. 232).

As críticas estão aparecendo cada vez mais contundentes a esses ideais propagados pelos movimentos sociais rurais, encampados pelo MST, e seus ideólogos que defendem um projeto de educação do campo. Entretanto, tal projeto é considerado reacionário e na contramão da história, como afirma Gilberto Luiz Alves (2005, p. 34):

Objetivamente, a reprodução do MST não revoluciona a produção, pois não ocasiona o desenvolvimento das forças produtivas e, subjetivamente, faz recuar o grau de consciência política de seus militantes pelo teor de uma luta que tem por fim transformá-los em proprietários. O próprio socialismo que defendem seria aquilo que Marx e Engels denunciaram no Manifesto do Partido Comunista como 'socialismo reacionário'.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida, esse debate teórico promete ainda muita reflexão. Em nossa análise, concordamos plenamente com os argumentos do MST e de outros movimentos sociais, no momento em que reconhecem que os seus

projetos de educação e reforma agrária não constituem uma posição revolucionária e não atingem a maioria das camadas dos trabalhadores Sem-Terra, acampados, quilombolas e indígenas, mas possibilitam avançar a luta em prol de políticas públicas e de ações afirmativas que atendam aos interesses da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, permitem reproduzir no campo a formação de estudantes jovens e adultos militantes comprometidos com a transformação social da realidade dos assentados, quilombolas e indígenas.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Assentados, Acampados e Quilombolas – CETA (2007), no Estado da Bahia, comunga também com essa ideia de um projeto de educação do campo, ao mesmo tempo em que participa dos cursos do PRONERA, na organização e na formação dos estudantes jovens e adultos assentados, acampados, quilombolas e indígenas.

Defendemos, assim, neste trabalho de pesquisa, a tese de que para o êxito ou fracasso escolar nos cursos de formação oferecidos nos assentamentos rurais, áreas de quilombolas e indígenas, devem ser levado em consideração, além do conhecimento escolar, fatores como a mobilização familiar voltada para as atividades escolares dos filhos, a demanda escolar relacionada à atividade profissional, o tipo de trajetória social e escolar, as estratégias de investimento escolar utilizadas pela família, o capital social, o capital cultural, entre outros.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luiz. **Discurso sobre Educação no campo**: ou de como a teoria pode colocar um pouco de luz num campo muito obscuro. Campinas: 2005. (A ser publicado).

ARROYO, Miguel Gonzalez; CARDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, Vozes, 2004.

BEZERRA NETO, Luiz. **Avanços e retrocessos da Educação Rural no Brasil**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

_____. **Sem-Terra aprende e ensina** - Estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra. Campinas: Autores Associados, 1999.

CALDART, R. S. Movimento dos Sem Terras: reflexões sobre a Pedagogia da Terra. **Revista de Educação CEAP**, Salvador/Bahia, Ano 12, set/nov/2004.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil: Perspectiva Histórica e configuração atual. **Revista Ciclo de Debates**. A questão agrária no Brasil, 1950-2003, editado por Luiz Otavio Ramos Filho e Osvaldo Aly Júnior, SP: INCRA, 2005.

MOVIMENTO CETA. **Construindo Educação Contextualizada do Campo**. Documento Impresso. Senhor do Bonfim - Bahia, 2007.

FERNANDES, Bernardo M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez 2001.

_____. FERNANDES, Bernardo Maçando; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia M. S. A. (Orgs.). **Por uma educação do campo** - contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. 2. ed. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por uma Educação do Campo", 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

PRONERA – I Encontro do PRONERA. **Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária**. Região Nordeste. MEC/INEP/MDA/INCRA/PRONERA, Brasília, 2005.

RIBEIRO, Marlene. O camponês como sujeito/objeto da História: elementos para uma teoria. III ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO. **Anais...** Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, Bahia, 2007.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. O Pronera e a democratização da Educação Superior Pública no Campo: um diálogo teórico crítico. In: GRACINDO, R. V. (Org.) et al. **Educação como exercício de diversidade: estudos em campos de desigualdades socioeducacionais**. Brasília: Líber Livro, 2007.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.